

INOVAÇÃO NA ROTULAGEM – COMO COMUNICAR A SUSTENTABILIDADE

INNOVATION IN LABELLING - HOW TO COMMUNICATE SUSTAINABILITY

A.P.
ARTIGO PROFISSIONAL

¹ Egas Moniz School of Health & Science, Campus Universitário, Quinta da Granja, 2829-511 Caparica, Portugal

² Sonae MC, Estrada da Outurela, n.º 118, Edifício Imopolis Bloco D, 2790-114 Carnaxide, Portugal

*Endereço para correspondência:

Carlota Alves
Rua Quinta da Fidalga, n.º 4,
2.º dt.,
2840-251 Seixal, Portugal
carlotacorreiavalves@gmail.com

Histórico do artigo:

Recebido a 7 de agosto de 2023
Aceite a 28 de junho de 2024

Carlota Alves^{1*}  ; Mayumi Thaís Delgado² 

RESUMO

A insustentabilidade dos sistemas agroalimentares tem levado ao esgotamento dos recursos do nosso planeta. O Pacto Ecológico Europeu, proposto pela Comissão Europeia, concomitantemente com a Estratégia Do Prado ao Prato, estabeleceram já metas para a transição ecológica. Alinhados com estas propostas surgem, na indústria alimentar, projetos de sistemas de rotulagem ambiental cujo objetivo é comunicar a sustentabilidade, perante a sociedade de consumo, contribuindo para a consciencialização do impacto ambiental dos produtos no mercado. O presente estudo aborda um tema relevante e atual: visa avaliar dois recentes e promissores sistemas de rotulagem ambiental – *Eco-Score* e *Planet-Score* –, estudando a sua viabilidade e aplicabilidade na indústria alimentar, considerando as metodologias utilizadas, os desafios da sua implementação e o impacto nas escolhas dos consumidores. Após o levantamento das propostas legislativas, documentos e pareceres governamentais europeus relativos à temática da sustentabilidade, no portal da Comissão Europeia, foi desenvolvida uma análise criteriosa dos dois sistemas de rotulagem e metodologias da avaliação do desempenho ambiental (Análise do Ciclo de Vida, método PEF e bases de dados), através da consulta direta de informação nas páginas oficiais destes sistemas de rotulagem e ainda de relatórios, documentos e artigos publicados por entidades e especialistas que estudam a sustentabilidade dos sistemas alimentares. Foi ainda analisada a relação do *ecolabelling* com as escolhas dos consumidores. Apesar das limitações quer a nível de desarmonização legal, quer a nível do rigor científico das metodologias de cálculo do impacto ecológico, sujeitas ainda a revisão e melhoria, o cenário de transição para um mundo mais verde, pela criação destes sistemas de rotulagem, mostra-se bastante otimista.

PALAVRAS-CHAVE

Ecolabels, Front-of-pack labelling, Pacto Ecológico Europeu, Sustentabilidade

ABSTRACT

The unsustainability of agri-food systems has led to the depletion of our planet's resources. The European Green Deal, proposed by the European Commission, together with the Farm to Fork Strategy, have already set targets for ecological transition. In line with these proposals, there are projects in the food industry for ecolabelling schemes that aim to communicate sustainability to the consumer society and contribute to the awareness of the environmental impact of products on the market. This study addresses a relevant and current issue: it aims to evaluate two recent and promising environmental labelling systems - *Eco-Score* and *Planet-Score* - and to study their viability and applicability in the food industry, taking into account the methodologies used, the challenges of their implementation and their influence on consumers' choices. Following a review of European legislative proposals, documents and government statements on sustainability on the European Commission's website, a careful analysis of the two labelling systems and methodologies for assessing environmental performance (Life Cycle Assessment, PEF method and databases) was carried out, through direct consultation of information on the official websites of these labelling systems, as well as through reports, documents and articles published by bodies and specialists dealing with the sustainability of food systems. The relationship between ecolabelling and consumer choices was also assessed. Despite the limitations, both in terms of legal disharmony and in terms of the scientific rigour of the methodologies for calculating environmental impact, which are still subject to revision and improvement, the scenario of transition to a greener world, through the creation of these labelling systems, appears to be quite optimistic.

KEYWORDS

Ecolabels, Front-of-pack labelling, Green Deal, Sustainability

INTRODUÇÃO

As várias práticas nocivas dos sistemas de produção e consumo, resultantes da negligência humana, ameaçam a homeostase do planeta, precipitando cenários de crise climática, alimentar e de saúde. No epicentro

deste panorama pouco positivo, a culpa recai, em grande parte, na insustentabilidade do sistema agroalimentar. É urgente repensar o funcionamento deste sistema que tem, ao longo dos últimos anos, abusado, sem precedentes, dos recursos naturais disponíveis para a

sobreprodução, como se verifica pelo aumento exponencial das pegadas de carbono, ecológica e hídrica (1).

O solo, base das cadeias alimentares, é responsável por albergar mais de 25% de toda a biodiversidade do planeta, prevendo sustentar, daqui a cerca de 30 anos, uma população mundial de aproximadamente 10 mil milhões de pessoas (1). O livro Economia Circular no Sector Agroalimentar: Um Guia de Boas Práticas de Economia Circular para o Sector Agroalimentar (2) apela para a preservação do capital natural e a Estratégia de Proteção do Solo da UE para 2030 (3), entre outras, a que se faça frente à desertificação, mas também que se possam alcançar as remoções líquidas anuais de gases com efeito de estufa (meta da União Europeia), promovendo um bom estado ecológico, químico e quantitativo das águas e reduzindo a perda de nutrientes e o risco de pesticidas.

A outra grande inevitável preocupação tem vindo a ser a iliteracia alimentar e ambiental que se revela naqueles que estão perto do final da cadeia alimentar: os consumidores. No panorama atual, 1/3 dos alimentos produzidos não são consumidos pela população, o que leva a 1,3 biliões de toneladas de desperdício alimentar por ano, segundo as fontes da CE (Comissão Europeia), e o impacto das perdas e do desperdício alimentar no ambiente advém, na grande maioria, da desinformação relativa à aquisição, armazenamento e consumo dos alimentos nas casas dos indivíduos (em 61%) (1).

De modo a dar resposta à falência dos sistemas alimentares atuais e a suprir lacunas no conhecimento da população, é, assim, apresentado o Pacto Ecológico Europeu (Comissão von der Leyen 2019) pela CE, que apela à urgência da transição para um sistema mais sustentável e incita, a todas as partes interessadas e intervenientes do setor alimentar, à adoção de comportamentos protetores do planeta e da comunidade que o habita (4). O PEE (Pacto Ecológico Europeu) está também alinhado com a Estratégia Do Prado ao Prato que apresenta, concomitantemente, outras metas, das quais a redução, em 50%, do uso de pesticidas com riscos adjacentes e, em 20%, dos fertilizantes; e atribuição de 25% das terras agrícolas utilizadas para a agricultura biológica (5).

Neste sentido, dentro das diretrizes, regulamentos, recomendações e pareceres governamentais já divulgados, existem já projetos que comunicam a sustentabilidade à população, através de sistemas de rotulagem ambiental, dos quais neste estudo se abordará com maior detalhe, entre outros, o *Eco-Score* e o *Planet-Score*, tendo, este artigo, como finalidade, a avaliação das vantagens e limitações da sua implementação nos produtos alimentares, no setor da indústria alimentar e retalho, em Portugal.

METODOLOGIA

Inicialmente, procedeu-se à recolha de informação das iniciativas e estratégias da CE para o desenvolvimento sustentável, seguida do levantamento, no portal da mesma, das propostas legislativas e relatórios sobre a temática da Sustentabilidade e rotulagem ambiental. Posteriormente, foi conduzida uma pesquisa dos sistemas de rotulagem de interesse para este artigo – tendo sido decidido aprofundar os sistemas *Eco-Score* e *Planet-Score* –, e feita uma revisão das metodologias e métodos da avaliação do desempenho ambiental utilizados por ambos os sistemas (*Life Cycle Assessment*, *Product Environmental Footprint* e base de dados *Agribalyse*). Esta pesquisa e revisão, realizadas no período entre 1 de março e 6 de agosto de 2023, compreendeu, fundamentalmente, a reunião de informação nas páginas oficiais dos modelos supramencionados, de estudos e relatórios da CE, de especialistas e investigadores, assim como de entidades governamentais e não governamentais

e empresas retalhistas, em bases de dados e plataformas como a *Wageningen University and Research eDepot*, *OECD iLibrary*, *Institute for Sustainable Development and International Relations (IDDRI)*, *UN Environment Programme (UNEP)* e *The French Agency for Ecological Transition (ADEME)*.

Foi ainda considerado extremamente relevante incluir os conhecimentos transmitidos no *webinar* da empresa de soluções retalhistas Inoqo, com o tema “*Green Claims, CSRD & CO - Get Prepared with Data & Food Labeling*”.

Por fim, foi feita uma pesquisa na base de dados *Pubmed* para analisar a evidência mais recente sobre a influência das *ecolabels* nas escolhas dos consumidores. Nesta etapa foram utilizadas palavras-chave como “*environmental labelling*”, “*Eco-Score*” e “*Planet-Score*” combinadas com “*food choice*” ou “*consumers’ choices*”.

ANÁLISE CRÍTICA

Rotulagem como Resposta à Crise Ecológica?

A CE havia já proposto um método para medir o desempenho ambiental de um produto, o PEF (*Product Environmental Footprint*) (8, 9) baseado na metodologia LCA (*Life Cycle Assessment*), que inclui seis etapas fundamentais: extração, produção, transporte, entrega, utilização e recuperação/reutilização. Para além da LCA, o PEF inclui ainda 16 indicadores adicionais, definidos pela própria CE, entre os quais o uso da terra, uso dos recursos naturais e eutrofização (9). Na UE (União Europeia), a metodologia LCA está alinhada e apoia diversas iniciativas como o *Green Deal*, o Plano de Ação para Economia Circular e a Estratégia Do Prado ao Prato (10).

Para a condução de uma LCA mais detalhada, vários governos e organizações internacionais criaram já bancos de dados disponíveis publicamente como, por exemplo, a *Agribalyse* (base de dados francesa criada pela ADEME - Agência Francesa e Meio Ambiente e Gestão de Energia), que contém mais de 200 inventários de Análise do Ciclo de Vida para mais de 2.500 produtos consumidos em França (10, 11).

Nos últimos anos, na indústria alimentar e retalho, é possível testemunhar o surgimento de várias iniciativas de rotulagem ambiental de géneros alimentícios que, contrariamente aos rótulos tradicionais já amplamente reconhecidos – entenda-se, *Rainforest Alliance*, *Fairtrade* ou *Bio EU* –, se baseiam numa abordagem de ciclo de vida do produto – baseados em LCA. Este tipo de *ecolabels*, enquanto sistemas de rotulagem, avaliam os produtos através de vários indicadores de impacto ambiental e demonstram-se particularmente promissores para a capacitação dos consumidores em prol de escolhas alimentares mais sustentáveis. Destacam-se iniciativas como a *Coop Sweden Sustainability Declaration*, *Made Green in Italy* ou a *French initiative* (9) e ainda iniciativas privadas que comunicam o desempenho dos produtos através de pontuações ecológicas (*scores*), como, entre outras, a *EnviroScore*, *Eco-Impact*, *Eco-Score* e *Planet-Score* (9, 12). Os sistemas de rotulagem que apresentam escalas com código de cores, como os quatro últimos supramencionados, parecem ter maior potencial, quer pela qualidade de, à imagem do *Nutri-Score*, permitirem a comparação entre alimentos através de pontuações ambientais e, por isso, com maior inteligibilidade na ótica do consumidor, como por representarem um incentivo às melhores práticas comerciais de todos os *stakeholders* da cadeia de abastecimento (6, 7). Em Portugal, tanto o *Eco-Score* como o *Planet-Score* têm sido selecionados para integrar projetos-piloto de algumas empresas do setor alimentar e contam com o apoio de um extenso consórcio internacional de *players* da indústria e retalho, assim como de outras companhias e terceiras entidades, para a sua implementação (6, 9). Quando comparados com os outros sistemas de rotulagem, verifica-se que, para além de se basearem em

LCA, utilizam ainda indicadores complementares para as avaliações ambientais, o que lhes confere maior fiabilidade e consistência (6-9). O *Eco-Score* apresenta já uma metodologia publicamente consultável e assente em critérios robustos para a avaliação do impacto ambiental dos produtos, disponibilizando também, na própria plataforma digital, uma ferramenta de cálculo. Ademais, o rótulo está acessível ao consumidor em aplicações como a *OpenFoodFacts* e a *Yuka*, para a classificação ecológica de determinados géneros alimentícios. Já o *Planet-Score* se destaca relativamente aos demais por, para além da classificação em escala que traduz um single, acrescentar subindicadores que tratam outras dimensões da pegada ambiental, e por apresentar uma metodologia ainda mais rigorosa para o cálculo da pegada dos produtos, como referido mais adiante (6-9). Serão, por conseguinte, o epicentro deste estudo.

O *Eco-Score* e o *Planet-Score* foram fruto de uma experiência de 18 meses, iniciada pela ADEME e pelo Governo (ao abrigo da Lei do combate ao desperdício alimentar e da economia circular (2020)), para definir, até ao final de 2021, um rótulo ambiental para produtos alimentares (13). Alinhados com o PEF, tanto o *Eco-Score* como o *Planet-Score*, classificam os alimentos através de uma escala colorida com letras de A a E, através do cálculo feito a partir de um algoritmo matemático. Ambos utilizam a abordagem LCA (com base no banco de dados francês), para calcular o single score de um alimento, isto é, a pontuação única final relativa ao impacto ambiental do produto (6, 7). No entanto, é importante salvaguardar que foi na carta “*Joint open letter on concerns over PEF methodology for agri-food products*” (14) que a sociedade civil e as organizações de agricultores questionaram a CE acerca da robustez desta metodologia para a avaliação do desempenho ambiental dos produtos agroalimentares, dado que o PEF foi inicialmente concebido para bens industriais. Desta forma,

Figura 1

Metodologia *Eco-Score*. Adaptada de (16).



Figura 2

Planet-Score. Adaptada de (18).



Tabela 1

Considerações sobre as limitações das metodologias e métodos utilizados para a avaliação dos impactos ambientais dos produtos alimentares

MÉTODOS E METODOLOGIAS	CONSIDERAÇÕES		
LCA	Limitação de indicadores e categorias de impacto ambiental	Falta de robustez na comparação de resultados do impacto ambiental entre produtos	Avaliação da sustentabilidade de um produto mas não da sustentabilidade do sistema de produção
PEF	Necessidade de mais indicadores e categorias de impacto	Favorecimento dos modos de produção intensivos e convencionais	Desconsideração pelos impactos na biodiversidade, bem-estar animal e pela nocividade dos pesticidas
<i>Agribalyse</i>	Utilização de dados médios (inespecíficos) dos produtos leva a falhas na comparação de produtos da mesma categoria	Circunscrição aos indicadores da LCA e PEF	

LCA: Life Cycle Assessment
PEF: Product Environmental Footprint

verifica-se que o mesmo, entre outras lacunas, favorece os sistemas de produção agrícola intensivos – que pontuam melhor que os extensivos, substancialmente mais benéficos para a preservação do capital natural –, contraria os princípios da agricultura biológica (defendidos pela Estratégia Do Prado ao Prato), não distinguindo as práticas orgânicas das práticas convencionais, desconsiderando a biodiversidade, a utilização de pesticidas e o bem-estar animal (14, 15). No que diz respeito à biodiversidade, por exemplo, não existe ainda consenso científico, na LCA, quanto à quantificação do armazenamento de carbono no solo (que é substancialmente superior no método de agricultura biológica relativamente ao método convencional) (10, 11). Outro aspeto a ter em conta nas lacunas verificadas seria o impacto que o desperdício alimentar tem diretamente no ambiente, pela emissão de metano libertado pelos aterros sanitários, indicador que não está incluído na LCA ou nas categorias de impacto do PEF (10). A LCA não pode ser, assim, considerada como metodologia única na avaliação ecológica (6, 11), para além de que também a base de dados *Agribalyse* apresenta limitações, nomeadamente no que concerne a robustez na comparação e diferenciação de produtos. A LCA não é consistente na comparação de resultados entre produtos e na base de dados *Agribalyse* falta igualmente robustez na comparação de produtos da mesma categoria (9). Sendo esta um banco de dados que inclui médias de categorias de produtos (produtos-padrão), facilita a comparação entre categorias de produtos, no entanto, não é clara na comparação intracategórica, atribuindo a dois alimentos uma pontuação semelhante (11). Quanto ao método de produção, por exemplo, torna-se difícil distinguir entre ovos de agricultura convencional e aqueles que são de agricultura biológica, representando este um problema na interpretação do impacto ambiental, logo, consequentemente, nas escolhas por parte dos consumidores (7, 14). Estas limitações encontram-se esquematizadas na Tabela 1.

Deste modo, tendo sido o *Eco-Score*, em França, o *footprint* ambiental de referência na indústria alimentar, este acrescenta, à avaliação dos produtos, um sistema de Bónus-Malus, uma estratégia de adição e dedução de pontos que considera outros critérios como o modo de produção, origem dos ingredientes, políticas ambientais, espécies em risco e embalagem, tendo em consideração a certificação dos produtos por terceiros - entenda-se, por exemplo, o ASC, MSC ou *Rainforest Alliance* -, o embalamento excessivo e atividades nocivas como a pesca intensiva ou a desflorestação (16).

Assim, para além da escala inicial que avalia o maior ou menor impacto ambiental do produto, com base na LCA (*Agribalyse*), numa escala de 0 a 100, os indicadores adicionais permitem que o produto possa obter ainda uma pontuação extra de até 20 pontos ou uma dedução de até 15 pontos, consoante o desempenho de cada indicador (16). Por exemplo, quanto ao sistema de produção, se o produto apresentar um certificado como os acima mencionados, pode obter uma

pontuação extra de entre 5 a 20 pontos ou sofrer uma penalização de até 10 pontos negativos se estiver associado à pesca intensiva ou à desflorestação ou ainda se não respeitar as espécies em risco. Neste último ponto, todos os produtos à base de peixe são avaliados segundo dois critérios: as espécies de peixes e a zona de pesca (definidos pela FAO). Se o produto apresentar uma espécie insustentável a este é atribuído o *score* E, independentemente de outro critério (6, 16).

É importante referir, a este propósito, que foi em março de 2023 que a CE adotou a *Green Claims Directive* (17) com o objetivo de tornar as alegações ambientais confiáveis, comparáveis e verificáveis em toda a UE, de forma a proteger os consumidores do fenómeno de *greenwashing*, capacitando-os a tomar decisões informadas no ato da compra dos produtos.

Contudo, este sistema de rotulagem não contempla questões pendentes relativas à biodiversidade ou ao bem-estar animal, que seriam fundamentais na análise do ciclo de vida (LCA) de um produto (11). E, talvez seja, neste sentido, possível verificar que o *Planet-Score* se tenha tornado na ferramenta que mais empenhada está nesta missão, tendo-se aproximado daquele que pode ser considerado o rótulo ambiental mais completo, inteligível e atento às preferências dos consumidores (18).

Assim, o *Planet-Score* propõe um conjunto de correções, reconhecidamente ambiciosas, à LCA, acrescentando ainda 4 indicadores para a classificação do impacto ecológico dos produtos: a biodiversidade, os pesticidas, o clima e o bem-estar animal (19), adicionando valor ao processo analítico e respondendo à crescente preocupação da população com um padrão alimentar sustentável para a saúde humana, a saúde do planeta e saúde animal. Para manter o mais elevado nível de requisitos nas principais questões ambientais e sociais, o *Planet-Score* está a ser desenvolvido pelo ITAB (Instituto da Agricultura e Alimentação Biológica) e pela *Very Good Future* (VGF), em colaboração com a Sayari (7, 17). O princípio-chave que o move é a possibilidade de fazer a distinção entre os diferentes métodos de produção - convencional, biológico, intensivo ou extensivo, entre outros - atentando ao impacto que cada um tem quanto à utilização de pesticidas, gestão do amoníaco e azoto, consumo do solo e na biodiversidade e saúde humana (6).

A nível metodológico, o *Planet-Score* propõe a organização dos indicadores da Agribalyse em quatro grupos: “Saúde e toxicidade humana”; “Biodiversidade e toxicidade dos ecossistemas”; “Impacto climático” e “Recursos” e a normalização logarítmica por grupo de subindicadores (6).

Adicionalmente, existe, tal como no *Eco-Score*, um sistema de Bónus-Malus. Por exemplo, no que toca à biodiversidade, este sistema avalia o impacto tendo em conta as práticas agrícolas, podendo também ser adicionados ou deduzidos pontos no que diz respeito à avaliação da origem, uso de irrigação e embalagem de um produto. Os pesticidas e o amoníaco também têm uma importância significativa neste sistema, dado o seu impacto na ecotoxicidade e toxicidade humana: os pesticidas podem levar a uma penalização de acordo com o modo de produção, assim como o amoníaco, tendo em consideração que os modos extensivos permitem uma redução dos mesmos impactos (6). Uma comparação dos dois sistemas de rotulagem pode ser consultada na Tabela 2. Esta ferramenta pretende que seja finalmente possível a comparação entre categorias de produtos alimentares (carne e leite) e dentro de uma mesma categoria (diferentes tipos de ovos oriundos de diferentes práticas de produção), colmatando as falhas da LCA que não considera os indicadores adicionais.

Por fim, aquilo que difere, visualmente, de forma significativa, o *Planet-Score* dos outros sistemas de rotulagem ambiental, como o *Eco-Score*,

é a transmissão de informação clara e concisa ao consumidor, através da apresentação de um rótulo que, para além do *single score* final, atribui pontuações a cada um dos subindicadores, capacitando a população para escolhas cada vez mais informadas acerca de um produto (20).

Apreciação Global da Viabilidade dos Sistemas de Rotulagem Ambiental

A sensibilidade e o sentido crítico dos consumidores, relativamente às questões ambientais, têm-nos levado a considerar alimentos e regimes alimentares que respeitem os limites do planeta ao mesmo tempo que cuidam da saúde humana, quer pela ausência de agroquímicos e substâncias tóxicas nos produtos, como da saúde animal, preservando o seu bem-estar (19, 21).

Entidades como o *Planet-Score* têm vindo a analisar as escolhas dos consumidores através da disponibilização dos respetivos rótulos nos supermercados online e verificado que os rótulos ecológicos encorajam a seleção de produtos com menor impacto ambiental (21). No entanto, um outro teste-piloto com o *Eco-Score*, conduzido pelo Lidl, apresentou resultados questionáveis quanto à aplicação deste rótulo no mercado. Os resultados deste piloto concluíram que, embora os consumidores estejam mais atentos aos impactos ambientais dos produtos e disponíveis para pagar mais por um produto sustentável, não existe ainda literacia ambiental suficiente, em matéria de rotulagem ecológica, para comprovar a influência positiva do *Eco-Score* nas suas escolhas (22). E, apesar de ter sido possível verificar o impacto favorável que os rótulos têm nas decisões de compra dos consumidores, segundo WWF *et al.* (22) e Lidl (23), 34% dos consumidores confundiram o rótulo *Eco-Score* com o do *Nutri-Score*, tornando-se premente que se reflita sobre a interação entre os diferentes FOPL (*front-of-pack labelling*). Já no que concerne à componente visual de um rótulo ecológico, ficou comprovado que a apresentação de um único ícone se mostra limitativa no que diz respeito à informação que presta ao consumidor, nem sempre atribuindo aos produtos “atributos verdes” (24). Compare-se, por exemplo, o *Eco-Score*, o *Eco-Impact* e o *EnviroScore*, que apresentam uma única pontuação, ao *Planet-Score*, um sistema que apresenta mais informação visual, com diferentes pontuações.

Aliada a esta questão, vem, conseqüentemente, a incerteza do cálculo das próprias pontuações. Enquanto que o *Eco-Score* disponibiliza, às empresas e profissionais, uma ferramenta que permite avaliar o impacto ambiental dos seus produtos, sendo transparente na forma como este é calculado, o *Planet-Score* não cede essa informação ou ferramenta às respetivas empresas, sendo a própria entidade a calcular a pontuação final do produto, sem comunicar a forma como o faz.

Por último, e não menos importante, há que ter em consideração a interação dos diferentes sistemas de rotulagem no mercado. A interação entre os sistemas de rotulagem ambiental com outros rótulos com *scores* nutricionais (como o *Nutri-Score*) interfere potencialmente nas escolhas ambientais dos consumidores, porquanto se verifica que estes atribuem maior importância ao impacto de um produto na saúde em detrimento do impacto no ambiente (21). Do mesmo modo, a conjugação destes sistemas de rotulagem, baseados na LCA, com outros rótulos ambientais, como, por exemplo, o logótipo Biológico da UE, e mesmo com outros certificados em simultâneo (*UTZ, Fair Trade,...*) pode afetar a leitura do consumidor, por não estar totalmente ciente das diferenças entre um produto orgânico e um produto com uma boa pontuação ambiental, através dos *scores* (15). O uso de vários logótipos corre o risco de o confundir ao invés de o informar ou educar (o que é o oposto dos objetivos da CE). Já a ausência de certificação por terceiras entidades destes sistemas

Tabela 2

Metodologias dos sistemas de rotulagem *Eco-Score* e *Planet-Score* e balanço das vantagens e desvantagens

CARACTERÍSTICAS METODOLÓGICAS		
	ECO-SCORE	PLANET-SCORE
Baseado em LCA e PEF	Sim	
Utilização da base de dados <i>Agribalyse</i>	Sim	
Sistema de pontuação	Escala de 5 níveis (score de A a E)	Escala de 5 níveis (score de A a E) + Pontuação por subindicador (Pesticidas, Clima, Biodiversidade e Bem-estar animal)
Sistema Bónus-Malus	Modo de produção (5;20) Origem (0;15) Políticas ambientais (-5;5) Embalagem (-15;0) Espécies ameaçadas (10;0)	Pesticidas (-15) Desflorestação (-5) Práticas agrícolas (-8;14) Origem (-5;5) Irrigação (-5) Embalagem (-3;0) Sazonalidade (-10) Transporte aéreo (-5)
VANTAGENS		
	ECO-SCORE	PLANET-SCORE
	Escala de classificação com código de cores: útil para o consumidor; incentiva as empresas	
	Avalia todo o ciclo de vida do produto e baseia-se na medição dos impactos ambientais através de vários indicadores	
	Suplementa LCA com estratégia de Bónus-Malus para avaliação das características específicas dos produtos e comparação intracategórica	
		Mais informação visual
		Engloba bem-estar animal, biodiversidade e saúde humana (questões valorizadas pelo consumidor)
		Penaliza sistemas de produção intensivos e convencionais
DESvantagens		
	ECO-SCORE	PLANET-SCORE
	Tradução dos impactos num único score limitativo	Pouca transparência no método de cálculo dos impactos ambientais
	Elevada probabilidade de confusão com scores nutricionais como o <i>Nutri-Score</i>	
	Conjugação com N-FOPL pode levar à subestimação/desvalorização dos impactos ambientais	
	Provável inviabilidade de conjugação com outras ecolabels por interferência na leitura do consumidor	
	Sem certificação por uma entidade independente	
	Dúvidas relativas à robustez das alegações podem levar ao fenómeno de <i>greenwashing</i>	

LCA: *Life Cycle Assessment*
 N-FOPL: *Nutritional front-of-pack labelling*

PEF: *Product Environmental Footprint*

de rotulagem compromete a credibilidade da comunicação dos impactos ambientais dos produtos (25). Já em 2022, a CE alertava para o perigo da existência de rótulos de sustentabilidade não certificados e para as alegações pouco credíveis e genéricas e, de facto, tem-se verificado que a existência atual de uma enormidade de alegações ambientais e rótulos ecológicos para produtos alimentares leva ao comprometimento da confiança dos consumidores (24, 26) e apresenta desvantagens para os próprios produtores e outros *stakeholders* ao invés de incentivar a melhoria das práticas comerciais.

CONCLUSÕES

Os rótulos devem ser elaborados dentro de uma abordagem de política alimentar holística – integrando os aspetos ambientais, sociais, económicos e nutricionais (10, 22) -, em que as políticas são desenvolvidas de forma coerente. No entanto, como verificado pelas limitações supramencionadas, é de lamentar a falta de harmonização legal para o cálculo das pontuações ambientais, não sendo ainda possível eleger um método que apresente critérios robustos para aferir a veracidade dos cálculos dos impactos ambientais e possíveis alegações (10, 20, 27).

Uma outra considerável desvantagem dos rótulos ambientais prende-se com o facto de estes terem apenas natureza voluntária. Espera-se, contudo, que possam vir a ter carácter obrigatório em 2024/2025, na UE (7).

Por último, é imperioso considerar que, face à multiplicidade atual de ecolabels - mais de 230 no panorama europeu, em 2023 -, a CE está a propor limites para a entrada no mercado de novos sistemas de rotulagem ambiental, como resposta às incertezas dos consumidores acerca das alegações ambientais (28). Esta decisão fundamenta-se, precisamente, pela falta de verificação (ou verificação insuficiente) das alegações que são feitas pela generalidade destes sistemas. A CE pretende, assim, que os novos sistemas privados (ex.: *Planet-Score* e *Eco-Score*) apenas sejam aprovados pelos Estados Membros, se apresentarem “maior ambição ambiental” que aqueles já existentes no mercado. Quanto aos novos sistemas públicos (tanto a nível regional como nacional), espera-se que sejam banidos, à exceção dos novos sistemas de rotulagem desenvolvidos a nível da UE, dado que a CE se tem vindo a preparar para apresentar o seu próprio quadro de rotulagem de alimentos sustentáveis (28).

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum dos autores reportou conflito de interesses.

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR PARA O ARTIGO

CA: Pesquisa e seleção bibliográfica, conceção, design e redação do artigo;

MD: Seleção do tema, design do artigo, revisão crítica e científica do artigo e aprovação da versão final para a submissão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Associação Portuguesa de Nutrição. Alimentar o futuro: uma reflexão sobre sustentabilidade alimentar [Internet]. Ebook n.º 43. Porto: Associação Portuguesa de Nutrição; 2017 [citado em 2023 Jun 3]. Disponível em: https://www.apn.org.pt/documentos/ebooks/E-BOOK_AlimentarOFuturo_UmaReflexaoSobreSustentabilidadeAlimentar.pdf.
2. ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo. Economia Circular no Sector Agroalimentar: Um Guia de Boas Práticas de Economia Circular para o Sector Agroalimentar [Internet]. BeeCircular; 2022 Jan [citado em 2023 Jun 10]. Disponível em: https://sustentabilidadealimentar.apn.org.pt/documentos/biblioteca/E-book_Boas-Praticas-Circulares_Reinova_SI_.pdf.
3. Comissão Europeia, "Estratégia de Proteção do Solo da UE para 2030 - Colher os benefícios dos solos saudáveis para as pessoas, a alimentação, a natureza e o clima", Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, COM 699, 2021.
4. Comissão Europeia. Pacto Ecológico Europeu: Cumprir os nossos Objetivos [brochura]. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia; 2021 [citado em 2023 Abr 2]. Disponível em: https://commission.europa.eu/publications/delivering-european-green-deal_pt.
5. European Commission. Farm to Fork Strategy: For a fair, healthy and environmentally-friendly food system [Internet]. [citado em 2023 Mar 29]. Disponível em: https://food.ec.europa.eu/system/files/2020-05/f2f_action-plan_2020_strategy-info_en.pdf.
6. Brimont L, Saujot M. Environmental food labelling: revealing visions of the future food system to build a political compromise. *SciencesPo*. 2021 Out. [acesso em 2023 mai 10]; (08/21):[42p]. Disponível em : <https://www.iddri.org/sites/default/files/PDF/Publications/Catalogue%20Iddri/Etude/ST0821-AE-EN.pdf>.
7. Verweij-Novikova I, Broekema R, Boone J.A. (Wageningen University & Research). Product Environmental Footprint: Overview of EU and national public and private initiatives in agro-food. *Wageningen Economic Research*; 2022 [citado em 5 de maio de 2023]; (2022-093):[18p]. Disponível em: <https://edepot.wur.nl/577700>.
8. European Commission, "Commission Recommendation of 16.12.2021 on the use of the Environmental Footprint methods to measure and communicate the life cycle environmental performance of products and organisations", Commission Recommendation, COM 9332, 2021.
9. Boone K., Broekema R, Winter M, Verweij-Novikova I, Adema H (Wageningen University & Research). LCA-based labelling systems: Game changer towards more sustainable food production and consumption across Europe. *Wageningen Economic Research*; 2023 [citado em 5 de maio de 2023]; (2023-005):[9p]. Disponível em: <https://edepot.wur.nl/587264>.
10. Deconinck K, Toyama L. (OECD Food, Agriculture and Fisheries Papers). Environmental Impacts Along Food Supply Chains: Methods, Findings, and Evidence Gaps. Paris: OECD Publishing; 2022 Set 27 [citado em 2023 Abr 14]; (185):[47p]. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/48232173-en.pdf?expires=1690818029&id=id&accname=guest&checksum=581CB352F84447F647E7C6F191BD4339>.
11. Agribalyse. Agribalyse documentation [Internet]; [atualizado 2023, Jul 11; citado em 2023 Jul 30]. Disponível em: <https://doc.agribalyse.fr/documentation-en/>.
12. Foundation Earth. Certified Products. Foundation Earth [Internet]; [citado em 2023 Jun 3]. Disponível em: <https://www.foundation-earth.org/products/>.
13. Gouvernement de la République française, ADEME. Environmental Labelling for Food Products: Overview and Key Findings [Internet]. 2022 Jan [citado em 2023 Abr 4]. Disponível em: <https://expertises.ademe.fr/sites/default/files/assets/documents/environnemental-labelling-food-products-government-report-parliament.pdf>.
14. Goyens M, Brunner A, Kikou O, Simpfendorfer C, Ivanov T, Corbalán S, Millstone C, Sultana P, Stoczkiwicz M, Cuoco E, Veillerette F, Messa M. Joint open letter on concerns over PEF methodology for agri-food products [Internet]; 2022, Mar 7 [citado em 2023 Mai 8]. Disponível em: <https://foodpolicycoalition.eu/wp-content/uploads/2022/03/Joint-letter-on-concerns-over-PEF-methodology-for-agri-food-products.-MAR-2022..pdf>.
15. IFOAM Organics Europe. Organic Europe's position paper on substantiating claims & the Product Environmental Footprint (PEF) [Internet]; 2021 Mar [citado em 2023 Jun 10]. Disponível em: https://www.organicseurope.bio/content/uploads/2021/03/IFOAMOE_PEF-claims-Position-paper_202103.pdf?dd.
16. Eco-score. Eco-score [Internet]; [atualizado em 2023 Abr; citado em 2023 Jul 30]. Disponível em: <https://docs.score-environmental.com/>.
17. European Commission, "Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council on substantiation and communication of explicit environmental claims (Green Claims Directive)", Proposal, COM 166, 2023.
18. Planet-Score. Planet-Score [Internet]; [citado em 2023 Jul 30]. Disponível em: <https://www.planet-score.org/en/>.
19. Futur affichage environnemental: 27 fabricants et 8 enseignes testent le Planet-score, modèle plébiscité par les consommateurs [Internet]. Que Choisir; 2021 Out 28 [citado em 2023 Mar 5]. Disponível em: <https://www.quechoisir.org/action-ufc-que-choisir-futur-affichage-environnemental-27-fabricants-et-8-enseignes-testent-le-planet-score-modele-plebiscite-par-les-consommateurs-n95844/>.
20. IFOAM Organics Europe. Position paper on sustainability labelling & the Planet-score [Internet]; 2022 Set [citado em 2023 Jun 10]. Disponível em: https://www.organicseurope.bio/content/uploads/2022/09/IFOAMEU_policy_position-paper_sustainability-labelling_202209.pdf?dd.
21. Potter C, Pechey R, Cook B, Bateman P, Stewart C, Frie K, Clark M, Piernas C, Rayner M, Jebb SA. Effects of environmental impact and nutrition labelling on food purchasing: An experimental online supermarket study. *Appetite*. 2023 Jan 1;180:106312. doi: 10.1016/j.appet.2022.106312. Epub 2022 Sep 21. PMID: 36150553.
22. WWF, UNEP, WHO, One Planet & GlobeScan. Communicating Food Sustainability to Consumers. Case Study: Lidl [Internet]; 2022 [citado em 2023 Jul 29]. Disponível em: https://www.oneplanetnetwork.org/sites/default/files/from-crm/LIDL_Communicating%2520Food%2520Sustainability_UNEP%2520WWF%2520GlobeScan%2520Case%2520Study%25202022.pdf.
23. LIDL. Lidl im Dialog: Auf dem Weg zu einer transparenten Nachhaltigkeitskennzeichnung [Brochura]. 2022 [citado em 2023 Jul 29]. Disponível em: <https://unternehmen.lidl.de/pdf/show/51552>.
24. Wang X, Du Y, Liu Y, Wang S. Telling You More Fluently: Effect of the Joint Presentation of Eco-Label Information on Consumers' Purchase Intention. *International Journal of Environmental Research and Public Health*. 2022; 19(20):13713. <https://doi.org/10.3390/ijerph192013713>.
25. Inoqo. Green Claims, CSRD & CO - Get Prepared with Data & Food Labeling [Webinar]. Inoqo. 2023 Jun 27 [citado 2023 Jun 30]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QURu9q3VWH4>.
26. Comissão Europeia, "Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera as Diretivas 2005/29/CE e 2011/83/UE no que diz respeito à capacitação dos consumidores para a transição ecológica através de uma melhor proteção contra práticas desleais e de melhor informação", Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho, COM 143, 2022.
27. União Europeia. Pontuação ecológica europeia (European EcoScore) [Internet]. [citado em 2023 Jun 4]. Disponível em: https://europa.eu/citizens-initiative/initiatives/details/2021/000005_pt.
28. Southey F. Commission moves to block 'proliferation' of ecolabels from entering market. *Food Navigator Europe* [Internet]. 2023 Mar 23 [citado em 2023 Jun 3]. Disponível em: <https://www.foodnavigator.com/Article/2023/03/23/Commission-moves-to-block-proliferation-of-ecolabels-from-entering-market>.